

ATA 23 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de julho de 2020, às 16h00, via aplicativo Google Meet, reuniram-se em uma sala virtual os seguintes membros titulares e suplentes: Adilson Strack, Darcy Miara Júnior, Edson Gil Santos Júnior, Emerson Lourenço, Henrique Plattek, Indianara Prestes Mattar Milleo, José Carlos Loureiro Neto, Karla González, Leonardo Puppi Bernardi, Paulo Barros, Priscilla Garbelini Jaronski, Rafael Gustavo Mansani, Roberto Mongruel, Sandra Queiroz, Tônia Mansani de Mira, Wilson Souza de Oliveira. Dando início à reunião o Sr. Wilson, presidente do CDEPG dá as boas vindas aos participantes e apresenta os convidados da reunião: Srs. Emerson Lourenço, representando o SEBRAE e Henrique Plattek, da Câmara de Comércio e Serviços deste Conselho. Sr. Wilson passa a palavra para o Sr. Leonardo, que informa que a reunião será iniciada a partir da apresentação do parecer da Câmara de Comércio e Serviços sobre os impactos da pandemia em Ponta Grossa. Conta ainda, que a aprovação da ata será feita assim que o quórum necessário de conselheiros for preenchido. Sr. Henrique inicia agradecendo a oportunidade de apresentar o parecer e informa que a professora Augusta passou oficialmente a ser um membro da Câmara. Começa contando, que desde o início os membros perceberam a necessidade de emitir um parecer técnico, porém o mesmo aponta que não havia dados para subsidiar o documento, e que por isso, foram conduzidas as duas fases de pesquisa e o relatório do qual se originou o parecer. Explica que os dados e o documento serão submetidos à aprovação dos conselheiros, que podem sugerir as mudanças que julgarem necessárias. Continua explicando que a pesquisa apontou um quadro de continuidade, para isso cita o exemplo da empregabilidade, no qual as empresas que afirmaram demitir 02 colaboradores realizaram 04 demissões e na segunda fase, a perspectiva era de 04 e foram feitas 06 demissões, indicando que se houvesse uma terceira fase este número seguiria aumentando. Segue esclarecendo que o parecer é dividido em 04 tópicos. O primeiro - o que deve ser incentivado, pois melhoraram ou podem melhorar os resultados de nossa economia - engloba as ações que devem ser incentivadas pelo poder público, as instituições e o Conselho, fortalecendo a economia local. A primeira são as ações diferenciadas, a pesquisa trouxe o percentual de crescimento de 18% em relação a abril, de empresas que aderiram a medidas como uso de e-commerce, mídias sociais e plataformas de entrega. Sr. Henrique comenta que atitudes diferenciadas dos empresários como novas formas de atendimento se mostraram, até o momento, como a melhor ferramenta para manutenção mínima de receitas. Frisa que é importante lembrar que a queda deve ser analisada com cuidado, já que esta representava 80% e ao pensar diferente os empresários puderam diminuí-la para 60%, fator ainda preocupante, mas que gera uma centelha de esperança quanto aos impactos. Termina este subitem afirmando que estas ações devem ser incentivadas, atingindo de maneira benéfica a economia. Segue apresentando o subitem 02 – impulsionar fornecedores locais – e conta que os dados apontaram que 10,4%

dos industriais teve grande dificuldade em adquirir insumos. Assim, a proposta é que seja feito um mapeamento detalhado das necessidades da região e possíveis fornecedores para gerar um encadeamento dos setores produtivos, por meio de uma política de planejamento que possa possibilitar o não vazamento de renda para fora da cidade. Finaliza afirmando que é de suma importância unir as campanhas que estão sendo disseminadas, fazendo com que o capital que ainda está em nossa região se mantenha na cidade para que possamos nos recuperar mais rapidamente. Segue afirmando, que devem ser intensificados os protocolos de saúde e contenção de riscos aumentando a fiscalização para manter a situação em que nosso município está, com um baixo número de casos, para que não ocorra um *lockdown* e a recuperação seja afetada. Iniciando o item 02 - O que devemos diminuir, pois teve impacto muito negativo em nossa economia – explica que a pesquisa traçou uma comparação entre as primeiras medidas adotadas e sua efetividade na percepção dos empresários, demonstrando quais foram os pontos indicados como os de maior “sofrimento”. Desta forma, comenta que um destes pontos foi à retirada do revezamento dos dias de abertura do comércio. Os dados mostraram que esta medida não tem um impacto grande para conter o contágio e que a qualquer horário do dia percebe-se o intenso movimento no calçadão. Aponta ainda que existem outras medidas cujo impacto no faturamento e na contenção da pandemia foram positivos. Destaca que a proposição é a de que podem ser mudados horários sem maiores danos, mas não devem ser restringidos dias. Caso essa recomendação seja adotada, deve-se ter cuidado especial com aglomerações em transporte público. Nesse caso, a sugestão dada pela Câmara e apontada pelo Sr. Henrique é a de utilização de vans de autônomos e pequenos empresários que nesse período perderam todo o seu faturamento. Segundo o mesmo, proporcionar esta atividade de transporte pode representar um ganho de fôlego para este serviço e desafogar o transporte público, principalmente nos horários de pico. Seguindo para o item 03 – impactos que devem ser mitigados – cita as demissões em massa no setor de transporte de pessoas, como um todo, já que este setor emprega muitas pessoas e isso diminui o consumo e o gera um desaquecimento da economia local. Afirma que os danos econômicos da pandemia já estão sendo sentidos pelas grandes empresas e, que esta situação pode gerar um efeito dominó para toda a economia. No momento atual, uns grandes números de demissões podem levar a uma retração ainda maior da economia, gerando um novo ciclo de demissões e falências que será prejudicial a todos. Finaliza afirmando que é preciso pensar em iniciativas de manutenção do emprego, para que esta situação seja contida. Sra. Priscilla questiona se os dados de retração das grandes empresas apresentado abarca todos os segmentos. Sr. Henrique informa que sim, e até mesmo empresas em que se acreditava ter impacto menor, foram atingidas, gerando um grande número de demissões. Sr. Leonardo frisa que as grandes empresas não divulgam o número de demissões, pois esta informação repercute

negativamente na imagem da empresa, e por vezes em jornais e na mídia divulgam a abertura de vagas, o que pode não corresponder ao cenário vivenciado pela mesma. Outro dado preocupante apontado pelo Sr. Henrique é o grande número de falências completas, que podem acontecer com empresas dos segmentos de Eventos, Gastronomia, Salão de Festas, Academias, Transporte de Pessoas. Explica que a maioria é de pequenas e micro empresas cujo alto nível de demanda de profissionais gerava alta empregabilidade. Finaliza comentando que se torna essencial o levantamento de opções estratégicas e necessidades deste setor para conseguir reaver minimamente seu faturamento. Continua a apresentação citando o item 04 – prazo de agosto - entendido pela Câmara como o prazo máximo em que os empresários poderão manter os contratos de trabalho suspenso e/ou em afastamento, sendo indicado pelos empresários como o limite máximo de operação na situação atual. Aproveita para questionar se a ampliação da medida de suspensão de contratos já havia sido sancionada. Sra. Priscilla informa que esta já havia sido votada pela Câmara e ido para o presidente e, que ainda aguarda sanção do mesmo. Sr. Henrique afirma que, em seu entendimento, as empresas não irão aderir à ampliação, uma vez que seus caixas estão diminuindo e podem ficar sem faturamento para demitir mais tarde e realizar os pagamentos. Finaliza este item afirmando que é necessário sinalizar para essas empresas um prospecto de melhora até no máximo julho, entre eles, o acesso melhorado e facilitado a crédito e benefícios reais para manutenção desses empregos. Dando continuidade, são apresentados os itens e subitens 04 – questões que os empresários precisam de auxílio do setor público – Sr. Henrique explica que estes itens podem apresentar soluções para o problema citado anteriormente, que é da manutenção dos empregos. Explica que uma das reivindicações feitas na pesquisa foi a diminuição/isenção de tributos e impostos ao invés de prorrogação ou adiamentos. Segue comentando que, segundo os dados recolhidos, não é possível o empresário com um faturamento reduzido a 20% do que era continuar pagando a alta carga tributária e que, em geral, estas cobranças estão escalonadas de acordo com o tamanho da receita dos estabelecimentos, e por isso torna-se uma sugestão que precisa ser pensada por todos. Continua esclarecendo que é preciso pensar em empréstimos realistas que cheguem aos empresários, e que em breve será possível verificar se eles estão saindo ou não, e comenta que as verbas destinadas pelo governo federal para este fim, algo em torno de 15 milhões, não atenderá todos os solicitantes e que será necessário uma injeção maior de dinheiro. E por último, a sugestão é de unir os fundos municipais, como os de cultura e turismo, neste sentido unir os fundos municipais pode representar uma alternativa para a retomada da economia. Finaliza explicando que o documento será disponibilizado pelo Sr. Edson e que os membros da Câmara estão abertos a mudanças e agradece a participação e oportunidade de abrir o diálogo com todos sobre os dados e o parecer levantados. Sr. Leonardo pede ao Sr. Edson que o parecer seja publicado no

site e nas redes sociais do Conselho e que o mesmo seja encaminhado à Prefeitura, ao SEBRAE, a ACIPG para que as instituições possam aproveitar as informações em suas ações. Finaliza agradecendo ao Sr. Henrique e aos membros da Câmara pelo trabalho desenvolvido. Seguindo para o próximo assunto, Sr. Leonardo submete a ata 22 à aprovação dos Conselheiros, a mesma é aprovada sem alterações. Pede para que o Sr. Emerson inicie a apresentação do plano estratégico do SEBRAE para superar a fase da pandemia. Sr. Emerson inicia comentando que muita das situações apresentadas pelo Sr. Henrique demonstram a necessidade da união de esforços na superação dos impactos da pandemia. Segue explicando que existem duas análises a ser consideradas por todos: a micro que apresenta a visão dos empresários sobre o momento atual e as ações que podem ser feitas pontualmente para auxiliá-los, informações que vão ao encontro do parecer apresentado. E a análise macro com ações estruturantes que envolvem um planejamento estratégico que contenham os impactos, independente do porte da empresa e que, considere o fato de que alguns segmentos foram mais afetados que outros. Segue explicando que o plano trazido para o Conselho é a contribuição do SEBRAE para pensar este movimento. Inicia contando que a arrecadação do município vem caindo desde março e que existe a perspectiva de melhora no mês de setembro. Frisa que este prazo de retomada pode não acontecer, já que diversos fatores precisam ser considerados, como por exemplo, uma segunda onda de disseminação de vírus. Conta que em maio a arrecadação de Ponta Grossa teve uma redução considerável, e que esta retração impacta nas ações micro restringindo os recursos que podem ser direcionados para as mesmas. Continua apresentando os propósitos da metodologia e afirma que em sua percepção não é possível chegar com uma receita pronta e afirmar que isso irá funcionar, para ele é preciso mobilizar as lideranças que conhecem as características do município como os empresários, as instituições como a ACIPG, de ensino superior, o sistema S, a prefeitura e as instituições de financiamento que podem contribuir para o planejamento, mostrando o que é possível ser feito, organizando a capacidade de reação criando um plano baseado em cenários futuros. Reitera a importância de estabelecer cenários pessimistas, otimistas e neutros levando em conta as adequações dos empresários a este novo momento. Continua sua apresentação com as premissas do plano, que tem como objetivo combater os efeitos provocados pela pandemia de covid-19 e está baseado em duas premissas: a forte articulação institucional. Segundo o Sr. Emerson o planejamento só terá sucesso se for desenvolvido a várias mãos e afirma que as palavras cooperativismo e associativismo são as palavras norteadoras para alavancar a economia local. Segue explicando que as ações devem ter como foco o desenvolvimento do protagonismo do município e precisam ser baseadas em dados e informações estruturadas, como por exemplo, a pesquisa estruturada pela Câmara de Serviços. Complementa contando que o SEBRAE irá trazer um

consultor em economia para poder traçar as melhores escolhas estratégicas na analogia da auto seleção para a retomada. Dando continuidade, explica quais serão os passos seguidos. O primeiro é mobilizar uma força tarefa estratégica aquela que irá pensar as ações. O segundo é definir os canais de comunicação com a sociedade para barrar a disseminação de *Fake News* que podem trazer impactos no comércio e mostrar à população as ações que estão sendo feitas. O terceiro é buscar compreender a real situação do município, criar o plano de retomada estabelecendo prioridades de execução a partir do diálogo entre as lideranças. E por fim, monitorar os resultados das ações para verificar a efetividade do que foi projetado. Como metodologia, explica que se dará pela formação da governança local com a construção de uma base informacional segura. Explica que serão oferecidos suporte técnico e orientação durante todo o processo para que a força tarefa possa definir o cronograma e o plano de trabalho a ser executado. Conta que várias cidades do Paraná, como Cascavel, Foz do Iguaçu, planos como este já estão sendo executados. E que os resultados esperados são recuperar o PIB, proteger e retomar a geração de emprego e renda, organizar e articular os esforços gerando um sentimento de esperança à população, fixar os recursos no município, promover a sustentabilidade econômica e social, diminuir a vulnerabilidade social e melhorar a capacidade de resiliência da cidade. Finaliza apresentando o cronograma de execução informando que serão aproximadamente 800 horas de consultoria e uma equipe técnica a disposição da força tarefa, prospecção e análise das variáveis críticas para a confecção do plano, bem como o investimento que seria de R\$ 120.000,00. O Sr. Leonardo agradece e comenta que esta apresentação já havia sido demonstrada para alguns membros do Conselho e da prefeitura. O Sr. Wilson complementa afirmando que nesta reunião citada pelo Sr. Leonardo foi sinalizado pelo Sr. Claudio que o poder municipal não teria como custear este projeto na íntegra e, que seria importante a angariação de fundos entre as entidades para eventual custeio. Conta ainda, que foram apresentados algumas modalidades de contratação como inexigibilidade com dispensa de licitação. E que após a consultoria realizada pelo Sr. Claudio e pela Sra. Tônia à Procuradoria do Município obteve-se a resposta de que a dispensa não seria possível, já que outras entidades disponibilizariam o mesmo produto. Finaliza afirmando que o tempo está passando e é necessário pensar o plano de retomada antes de a pandemia acabar e, que o Sr. Joel havia sinalizado a possibilidade de fechar 15 contratos e que Londrina, Apucarana confirmaram e que Arapongas e Santa Mariana estariam em negociação, e que Ponta Grossa correria o risco de não poder participar por conta deste número limitado de contratos. Sr. Wilson passa a palavra a Sra. Tônia para complementar estas informações. Sra. Tônia reitera a informação dada pelo Sr. Wilson quanto a consulta na Procuradoria e complementa informando que outro ponto destacado pelo órgão foi de que este plano seria de atribuição da Prefeitura, ou seja, a mesma deveria traçar o plano de retomada, e que mesmo com a defesa feita

pela Secretaria da Fazenda, foi exposto de que haveria a necessidade de licitação. Conta ainda, que outro impeditivo seria o Decreto Municipal que impede contratações durante a crise e que sendo assim, o mesmo teria que ser revogado. Finaliza afirmando que o poder público não poderá ir contra o parecer da Procuradoria e que se esta contratação for feita por outra instituição isso será benéfico. E conta, que vários contratos que estão fechados com o SEBRAE tiveram que passar pelo processo de coleta de orçamentos e que processos como estes não são rápidos, pois duram em torno de sessenta dias. Sr. Wilson pede a palavra para fazer algumas colocações e pede aos conselheiros que se manifestem, assim como a Sra. Tônia, e questiona quais seriam as sugestões para o plano de retomada e se existiria mobilização do poder municipal quanto à este assunto. Sra. Tônia comenta que não pode falar sobre toda a gestão municipal, mas que a Secretaria da Fazenda vem trabalhando em alguns projetos como o Juro Zero, no qual são subsidiados os juros parciais e os custos de financiamentos de até seis mil reais e que cada secretaria tem traçado sua estratégia pontual para a retomada que já foi enviado à Câmara Municipal em regime de urgência e que existem outras ações que convergem e forma um plano maior chamado Fortalece PG. Cita ainda que vem sendo desenvolvidas ações para simplificação dos alvarás, reduzindo o tempo de espera para sua liberação. Sra. Priscilla complementa afirmando que todo plano desenvolvido terá que conversar com o projeto Fortalece PG e que ao final sobram duas possibilidades: fazer o plano do SEBRAE com investimento da iniciativa privada ou terão de ser encontradas instituições e/ou profissionais que possam realizar esta consultoria de maneira gratuita. Sr. Wilson complementa que todas as instituições e órgãos públicos estão cortando seus custos, pois houve queda de faturamentos para todos. Pede a Sra. Tônia que esclarece qual é o projeto macro desenvolvido pela prefeitura. Sra. Tônia explica que o projeto macro é o Desenvolve PG e que o Fortalece é um projeto que surgiu na crise e foi baseado em cima da cartilha desenvolvida pela UEPG com a criação de uma campanha que envolvesse todas as instituições com a valorização do produto local com a participação de todos os setores econômicos. Sra. Sandra pede a palavra e comenta sobre os alvarás para os eventos ficaram inviabilizados por conta de várias exigências que foram sendo exigidas ao longo do tempo e, que isso foi prejudicando o imposto arrecadado por conta destas questões. Sr. Bruno pede a palavra e comenta sobre o evento realizado em parceria com o EMATER, IAPAR e a Secretaria que proporcionou a redução de custos do alvará. Sra. Tônia pede a palavra e explica que estão sendo desenvolvidos para incluir a lei de liberdade econômica no município e que, neste momento, não será possível abarcar todos os processos, mas, que já estão sendo incluídos alvarás de eventos e junta comercial com a classificação de 4.000 mil atividades, inclusive de algumas da área da agricultura e que ao constituir a empresa serão respondidas algumas questões que classifica automaticamente liberando a nota fiscal e tributando de acordo com estas informações. Segunda a mesma, o município irá partir do princípio da boa

fé do empresário e que serão liberados em torno de 70% das empresas. E que em seguida serão feitos outros processos e afirma que a pauta levantada pela Sra. Sandra é muito importante e sugere ao Sr. Bruno que sejam enviados, via Secretaria de Agricultura, uma solicitação de revisão de legislação simplificando alguns processos. Sr. Darcy pede a palavra e afirma que não percebe ações para as pequenas empresas que já estão no mercado que proporcionam uma alta taxa de empregabilidade e que deveriam existir ações direcionadas para este setor. Sra. Tônia que para as empresas, micro e pequenas, no projeto citado anteriormente, foi proposto o subsídio parcial para créditos de até 20 mil reais, porém esta medida corre o risco de não ser aprovada pela Câmara, devido a problemas gerados em gestões anteriores. Finaliza agradecendo pela participação. Sra. Priscilla sugere que o projeto apresentado pelo Sr. Emerson seja compartilhado com a Câmara de Serviços para entender melhor a metodologia utilizada pela entidade. Sr. Leonardo coloca em votação a possibilidade do parecer apresentado pelo Sr. Henrique ser inserido à ata como anexo. A solicitação é aprovada pelos conselheiros. Sr. Wilson pede que os conselheiros se posicionem quanto ao encaminhamento do plano apresentado do SEBRAE, no que concerne ao financiamento do projeto. Sra. Indianara e Sra. Sandra reiteram a urgência deste projeto. Sra. Priscilla sugere estabelecer uma conversa com a UEPG para fazer o projeto. Sr. Wilson finaliza afirmando que conversou com o SICREDI convidando o Sr. Márcio para participar da reunião e que propôs ao mesmo ser um investidor no Conselho, financiando o projeto do SEBRAE e que buscará a resposta que até a data desta reunião ainda não havia sido dada. E que irá conversar com a UEPG para ser criado uma Câmara Técnica ou um super comitê de retomada tendo como foco a participação de várias entidades com os recursos que cada uma pode oferecer. Finaliza afirmando que assim que obter estas respostas entrará em contato com o SEBRAE. Todos os conselheiros concordam com as ações. Finalizando a reunião, Sr. Wilson agradece a presença dos conselheiros e convidados. Sem mais assuntos para tratar, encerrou-se a reunião e eu, Leonardo Puppi Bernardi, encerro a presente ATA, que será lavrada por mim e demais presentes.